

Entrevista com Carolina Sacconi

20 de maio de 2020

Grupo: *Lendo a sua tese, não está muito claro ainda, e talvez não haja respostas objetivas, sobre os destinatários dos recursos hídricos da Transposição do rio São Francisco. Os grandes centros urbanos são os maiores beneficiários mesmo? Temos muito essa leitura da Transposição como um vetor que parte de um ponto e termina em outro, e que, no meio do caminho, os centros rurais não são muito beneficiados. Qual é a sua visão sobre isso?*

Carolina Sacconi: A transposição é para abastecer áreas urbanas, não é para locais pontuais, pequenas cidades. Tem muita gente que não tem certeza de que vai receber [água da Transposição]. O Irani Braga Ramos (na época, engenheiro do Ministério da Integração Nacional) sempre falava que não teria viabilidade econômica de abastecer as pessoas ao longo dos canais. É uma água muito cara, inclusive estão, neste momento, debatendo o preço da água. Fizeram a transposição e nem sabem quanto vai custar. Eu falei com um professor que está em Natal semana passada e ele falou que está custando mais que o triplo a estimativa do metro cúbico, do custo real da água, então de fato só é viável economicamente abastecer áreas que têm mais grana e elas consequentemente são as áreas urbanas. A Transposição, no Governo Lula, foi retomada para abastecer centros urbanos nordestinos. Esse dado de quem exatamente vai ser abastecido não existe.

Em relação aos centros urbanos, a água que chega é integrada aos sistemas pré-existent de abastecimento ou tem sistemas alternativos que vão se relacionar?

CS: Em geral, ela encontra com infraestruturas existentes. Eu não olhei de todas as cidades, mas Campina Grande é um exemplo. O destino em geral são esses centros urbanos maiores, que já têm as infraestruturas existentes e, em geral, você pode ver os mapas – eu coloquei no capítulo 3, em que eu vou destrinchando todas as partes técnicas da transposição – e aí você pode ver os canais, na parte dos açudes e reservatórios, aparece justamente o que é existente e o que é novo e os canais sempre encontram com esses açudes existentes – que abastecem as cidades previamente. Campina Grande é isso; a Transposição chega no Boqueirão, açude feito para abastecer Campina Grande e região – composta por 17 ou 18 municípios - e o Rio Paraíba chega no açude do Boqueirão.

Ao mesmo tempo que [a Transposição] chega em estruturas existentes, muda as estruturas existentes. Teve muita intervenção. Não olhei com o mesmo detalhe como olhei Campina Grande, porque peguei um exemplo. Rio Grande do Norte, Ceará têm casos semelhantes, mas o que eu estudei como estudo de caso é essa região de Campina Grande e um rio intermitente que se torna perene e todos os impactos que isso tem. É uma infraestrutura que tinha uma sazonalidade ali de um rio, o açude variava bastante, e com a chegada da Transposição muda uma natureza geográfica.

E em relação a essa questão do abastecimento, bem polêmica também, na época, Campina Grande já estava há muitos meses em racionamento e obviamente as pessoas que sofriam com o racionamento eram os pobres que não tinham grana para armazenar água, para ter cisternas e infraestruturas, e com a chegada da Transposição as pessoas achavam que tinha que subir o açude até o topo, enquanto não subisse o açude até o topo, até o limite de seu volume, tinha que continuar o racionamento, o que é uma compreensão bem equivocada da obra, porque a ideia é ter uma água o mínimo que é necessário para o abastecimento daquela região metropolitana sempre no açude e sempre correndo, não ter excedente de água para não ter evaporação.

Enfim, todo o ensino técnico em volta da transposição ele é muito complexo e muitos estudos, ele tem todo um... que eles chamam de sinergia hídrica, um negócio que é muito calculado, quase abstrato e num nível que torna muito... quer dizer, abstrato no sentido... é bem técnico. Abstrato para a população e abstrato no sentido da sua exequibilidade muitas vezes, porque é muito mais complexo do que isso; a relação com o entorno, as necessidades, a galera que vai desviando as águas ao longo do rio Paraíba no momento em que ele vira não mais intermitente, mas perene.

Então é uma complexidade muito grande. Acho que o grande lance desses mil estudos técnicos da Transposição é a sua falta de aplicabilidade à realidade mesmo, falta muito uma visão que integre todas as disciplinas, que é um pouco o que o arquiteto faz; que é a questão técnica, social, territorial. Então é abstrato nesse sentido e é muito cheio de minúcias para funcionar do jeito certinho, é quase um milagre acontecer a sinergia hídrica porque é tanta questão que se cruza, que isso não existe.

Agora estão tentando ver um jeito da água ser mais barata, com placas solares, etc. Mas eles construíram uma (inaudível) inteira, com toda essa parafernália técnica, e no fim muita coisa não está resolvida e o que poderia ser uma obra, apesar da matriz dela ser, por princípio, a grande obra de infraestrutura que transforma e que melhora, por si só questionável, é a única obra de grande infraestrutura do Brasil que tem por princípio essa ideia de transformação territorial, transformação para desenvolvimento. Obviamente as grandes obras de hidrelétricas vão ter impacto e transformar, mas não com o objetivo de aquele lugar se desenvolver economicamente. É gerar energia para distribuir para o resto do Brasil. Mas a Transposição tinha esse discurso – e não de fato a ideia ou plano, de

transformação territorial e ela acaba sendo só mais uma grande obra e não de fato uma obra de desenvolvimento regional.

Essa questão do valor da água, como que acontece essa cobrança quando você quer ter acesso à água? Porque vi que existem grandes produtores à margem que conseguem pagar e instalar uma bomba para os latifúndios. Você conseguiu ver como isso funciona?

CS: Nossa, não. Isso estava longe de ser discutido ainda – o abastecimento de fato. Estava sendo uma coisa muito mais de ligação com as infraestruturas existentes e a partir delas o abastecimento. Não estavam cobrando a água. No momento em que eu fui a campo, ainda estava em fase de pré-operação, de testes, até agora deve estar, não acompanhei muito. Eles estão discutindo o preço e a gestão, e qual órgão vai gerir a água, para daí definir o preço e entender como vai ser o acesso.

Mas, na época em que eu fui [a campo], isso ainda não estava sendo discutido, tinha alguns projetos; a CODEVASF tem alguns projetos, alguns canais de irrigação ali em Juazeiro e Petrolina, para pequenos produtores, em que é esse sistema de empréstimo e endividamento para se ter acesso à água. Isso não é a Transposição, são pequenos canais a partir do Rio São Francisco mesmo.

Eu entrevistei alguns agricultores na época, que estavam dentro do projeto da CODEVASF, e ele falou: “por enquanto beleza, estou conseguindo irrigar, com um sistema de irrigação tecnológico que controla a quantidade de gotas pelo tipo de planta, época do ano, hora do dia, que está otimizando minha plantação e economiza água”. É um sistema tecnológico caro, que tem um empréstimo do órgão para o pequeno produtor, mas que ele falou: “se isso aqui não der certo”... Tem muitos casos de salinização do solo, mas a CODEVASF promete que o solo não saliniza se ele é bem administrado quanto à irrigação, mas enfim, a gente precisa ver os resultados, eu ainda não voltei para Petrolina e Juazeiro para ver se esses pequenos produtores tiveram suas terras salinizadas pela irrigação, mas se a plantação para de fluir, realmente o cara está endividado.

E as Vilas Produtivas Rurais, ainda que são os projetos mais aproximados do que poderia ser a transformação territorial e o projeto de desenvolvimento social da Transposição, só tinham recebido também o lote seco. Cada família iria receber um lote seco e um lote irrigado, e a água já estava chegando nas infraestruturas existentes ali da região do Boqueirão etc e nos açudes existentes, mas não estava sendo levada para as Vilas Produtivas Rurais. Ainda não existia essa infraestrutura que chega ali e, muito provavelmente, deve ser [arcada] por esse sistema de endividamento também, mas isso ainda estava longe de acontecer.

Você falou que essas pessoas saíram das terras onde elas estavam para ter a mesma forma de agricultura seca em outro lugar, para viver em comunidades.

CS: Na verdade, são famílias removidas pela Transposição que, no geral, viviam de agricultura de sequeiro e que agora vão ganhar um lote seco e um irrigado. Mas é muito em outra configuração espacial – agora tem vizinho. Na agricultura de sequeiro, muitas vezes, se cria o bode solto, tem os pastos comuns, é uma outra forma de se relacionar com a terra. Essa coisa de ter vizinho, muita gente reclamava: “ai, meu Deus, tenho vizinho agora, não tinha vizinho antes, e agora estou esperando por enquanto nessa terrinha, nesse lote seco, com uma limitação de espaço, na subsistência, esperando o lote irrigado”.

O Ministério da Integração (agora Ministério de Desenvolvimento Regional) faz uns cursos, fica dando oficinas, palestras, conversas, e quando chegasse a água iria acontecer um acompanhamento disso, segundo eles, de orientar as irrigações, mas estava longe de acontecer. E não necessariamente essas pessoas... teve um líder do sindicato de Custódia, eu acho, não me lembro, um sindicato rural, um agricultor líder do Sindicato dos Agricultores Rurais de uma das cidades que eu fui em Pernambuco e ele falou: “nossa, ninguém veio aqui me perguntar se eu queria fazer irrigação”. Tudo bem, eles tinham direito de ou ser indenizados ou reassentados e ganharem esses dois lotes, mas é um pouco imposto o modelo de produção também.

Você comenta o papel do Exército nisso, em que ele seria responsável pela construção dessas Vilas e pelo acompanhamento de licitações, não é isso?

CS: Não, o Exército que demarcou o início da obra, bateu estaca, antes de ter as licitações para as construtoras. Ele iniciou a obra, fez a marcação. Mas o Ministério da Integração (atual Ministério de Desenvolvimento Regional) que acompanha essas Vilas Produtivas Rurais.

Em relação a esse parcelamento da obra pelas construtoras, as licitações e tudo, como que se dá a compatibilização entre os três? Tem um projeto geral e a demarcação, e depois se responsabiliza as construtoras pelas obras?

CS: Teve muito problema, não dá, é meio sorte. Ou deu certo ou não deu, e teve várias vezes que não deu. Cada construtora tinha uma tecnologia para construção civil e não necessariamente as coisas batiam. Cheia de problemas a obra, em muitos sentidos; desde ser licitação por preço e às vezes as construtoras davam um preço muito baixo e

não bancavam porque encontravam algum percalço no caminho. A obra sempre tem “ah, encontrei uma pedra aqui, vou ter que fazer um desvio”. Até mesmo construtoras que ganharam [o processo licitatório] e foram envolvidas na Lava Jato e tiveram certas restrições, não podiam pegar empréstimo em banco porque estavam envolvidas na Lava Jato, porque em obra pública se recebe uma bolada e depois outra no final. Não podia ter empréstimo do banco para ter capital de giro e daí quebra, a obra para. É uma gestão muito complexa, por um lado o PAC ele trouxe... tanto o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), a gestão administrativa, e o parcelamento da obra foi um jeito de permitir que a construção saísse do papel, porque antes do PAC, as obras precisavam caber dentro do orçamento anual da União e obviamente não ia caber a obra da Transposição nesse orçamento, e o próprio parcelamento de não botar tudo na mão de uma construtora só, uma estrutura dessa, é muito risco. É uma coisa estratosférica, a gestão é muito complexa, tanto de obra quanto administrativa.

Você cita na sua tese uma entrevista sua com o professor Alexandre Delijaicov, em que ele menciona o Canal do Midi, na França, e o Vale do Tenesse, nos EUA, e como essas infraestruturas transformaram economicamente a região do seu entorno, o que não acontece na Transposição do São Francisco. Você cita as Vilas Produtivas Rurais como a coisa mais próxima do que seria isso, mas que de fato não aconteceu. Você saberia dizer como esses exemplos internacionais aconteceram para transformar esse território por onde eles passam, como permitiram esse desenvolvimento?

Eu não estudei especificamente nenhum outro plano. Foi impossível estudar a fundo qualquer outro projeto. Em dois anos, esse projeto da Transposição, eu li todos os documentos, por si só, já era muito. Mas não teve um exemplo só, são milhares. O Delijaicov dá uma aula maravilhosa sobre isso, ele, sim, acho que pode lhe responder. Mas é fato o que aconteceu, são planos que tiveram um intuito real de serem projetos de... o Delijaicov fala muito que os canais têm uma relação com guerra, na história dos canais, e de divisão territorial, proteção territorial e, nesse sentido, de desenvolvimento territorial também. A história dos canais é bem mais complexa do que apenas, em muitos casos, o desenvolvimento. Nos EUA, o Tenesse, transformou toda uma região súper desértica em região de irrigação, numa região muito rica na Califórnia. Mas tem que se estudar caso a caso, entender como foi feito, qual era a característica social daquele lugar antes, mas só sei dos fatos; transformou muito territorialmente. Tem exemplos no mundo todo de canais que, de fato, têm essa função de transformar o território.

Tinha uma outra coisa, que fomos vendo mais por reportagens, que é muito recente, em relação às obras complementares, por exemplo no estado de Pernambuco, uma obra que a princípio está em execução agora, e essas obras complementares, dependendo

da maneira como são projetadas e implementadas, podem incidir diretamente sobre o contexto territorial? Reside nelas essa complementaridade da dimensão territorial do desenvolvimento não abordada no PISF?

CS: Não, acho que é a mesma coisa. É como se fosse um braço da Transposição. O lance não é o canal, mas a costura tanto territorial, quanto de políticas públicas. Desse canal com o entorno e quais programas, de quanto a água vai custar, de gestão de políticas públicas e territorial. Eu sinto que o Governo Lula teve grandes projetos, mas no Brasil, independentemente de ser na Era Lula ou não, grandes projetos, grandes ideias, você vê uma falta de articulação entre políticas e um projeto como esse de desenvolvimento territorial, acho que teve muito pouca discussão e inter-relação entre outras políticas, seja de agricultura, seja de políticas urbanas mesmo.

Os Planos de Compensação Ambiental são instrumentos que não são políticas públicas, mas que são instrumentos jurídicos que fazem essa análise do impacto socioambiental e poderiam... Quem vai executar o plano acaba podendo ter essa função de articulação de políticas e entender como transforma aquilo territorialmente, é um instrumento jurídico que seria teoricamente para facilitar essa articulação de políticas.

Eu, especificamente, trabalho há cinco anos com Planos de Compensação Ambiental pelo meu escritório. A gente é contratado e eu vejo num projeto que estamos fazendo aqui em São Paulo, na Serra do Mar, tem muitas coisas do tipo: “escolas e equipamentos de saúde são de responsabilidade da SESAI ou de sei lá quem”, sabe, você entende os órgãos públicos e faz interligações de qual é a responsabilidade de quem etc. Então, é um instrumento jurídico que permite um pouco esse espaço de organização das políticas, mas que quando você vai ler de fato, com certeza deve ter havido muitas reuniões, mas estou dizendo que na prática as coisas... A área da Transposição é muito grande, o Plano de Compensação em si é mais um plano de gaveta territorializado, que deveria fazer esse cruzamento de políticas públicas e, ao mesmo tempo, de compensações e transformações territoriais e faz isso de uma forma muito protocolar e, realmente, pouco territorializada. É muito complexo.

Quando você fala dessa territorialização, seria também de alguma forma criar uma comunicação com as formas de produção, de vida e até mesmo cultural que já existem?)

CS: Sim, com certeza. Tem muita gente que fala disso. Existem preexistências [a questão é] como você vai relacionar a nova infraestrutura com aquele lugar. Precisa ter relação e a relação não é só de cima para baixo, do novo para o velho... é como que aquele contexto vai se relacionar com a obra. E aquele contexto é cultural, é social e

econômico, geográfico, ambiental... As leituras territoriais [do PISF] foram muito técnicas, de gabinete, e muito por mediações de conflito da pior forma possível e das participações [da sociedade, nas formas] mais protocolares possíveis. Nunca houve a construção do Plano de forma participativa de fato, existiam apresentações de projeto e nem sempre com muita abertura para proposição de pauta ou de mudanças pela população.

Assim, "Ah, mas são quatro estados, um projeto desse tamanho você acha que ia dar para fazer participativamente?". Sei lá, nem tentaram né... Pode ser muito ideológico... Ou então, se não dá, a matriz do projeto está errada. Teria um grande impacto. É estrutural, um problema prévio. Então tá, é impossível fazer um plano participativo, entender as demandas culturais específicas de cada lugar, então a grande obra não é uma solução. Entende? E existe muito o "ah, tá! Mas e a questão da água?". Obras hídricas são feitas desde o Império, nunca foram elas que resolveram a questão hídrica do Semiárido. Tem muitos estudiosos de recursos hídricos que dizem que se a gestão dos recursos hídricos do semiárido fosse melhor feita não faltaria água. Ou, melhor ainda, se houvesse reforma agrária, se não tivesse tanta concentração de terra... Ou políticas como a política de cisternas, que dá muita independência para cada família para a gestão da sua própria água quando chove. Transformam questões estruturais de território, de propriedade. Então eu acho que tem muitos outros caminhos...

Eu [na pesquisa] fui pincelando muito aquilo que já havia sido debatido. Eu tive uma visão bem global, com todos os dados, o que é de fato muito interdisciplinar, muito complexo. Desde "quem sou eu para dizer que a irrigação vai salinizar aquele solo", mas eu entrevistei pessoas, estudiosos e especialistas, que têm essa convicção. Como entrevistei pessoas que tem convicção de que a tecnologia de irrigação X, Y, Z, que vem de Israel, vai dar certo.

Eu acho que o papel do arquiteto é esse mesmo: de entender a técnica, entender as linhas de pesquisa, entender as demandas do território, as demandas locais, as condições econômicas, as características culturais. Entender a complexidade e a aplicabilidade de um projeto no território.

Você pode comentar o caso de Monteiro? Alguns casos específicos de transformações oriundas da implantação do PISF. Como foi para você, durante a pesquisa, se aproximar destes estudos de caso e o que eles elucidaram?

CS: Eu quis pegar o eixo leste todo. Peguei casos urbanos, diferentes escalas de cidade e diferentes relações com a transposição e situações rurais também, um caso de Vila Produtiva Rural. Quis pegar, de fato, exemplos de todos os tipos.

Sobre Monteiro, tiveram muitas denúncias... Como o canal cruza o meio da cidade, ele fica enterrado na região urbana de Monteiro e tiveram muitas denúncias de lançamento de esgoto nos canais. Dentro do Plano de Compensação Ambiental um dos programas mais importantes era de haver saneamento nas cidades onde a transposição passaria perto. A gestão dos recursos é complexa, acho que nem posso falar muito sobre isso. Mas a responsabilidade seria dos Estados, de executar as obras de saneamento, justamente o cruzamento entre políticas; mas os recursos, principalmente sendo obras, viriam do PAC. Isso bem simplificado falando. As ações compensatórias que eram obras eram mais fáceis de ser contabilizadas e do recurso ser mobilizado do que as que não eram obras... Mas isso nem foi feito. Então teve [em Monteiro] o caso em que o canal abaixa então ele pouco se relaciona [com a cidade], embora tenha dividido a borda da cidade, tem duas ou três passagens para o outro lado. Porque tem o canal de drenagem por cima do canal de fato enterrado. O canal de drenagem criou ali uma borda, isso muda os fluxos, até aí tudo bem. Mas o que teve é que a cidade que vai receber esse recurso não se prepara, joga esgoto no canal que seria para abastecimento humano e, além disso, um pouco na lógica clássica de urbanização de qualquer cidade, a movimentação de recursos aumenta os aluguéis e o processo da terra, também a especulação imobiliária e não existe nenhuma regulação em torno disso. Os planos diretores dos municípios muitas vezes nem estão no próprio município.

Eu estudei Xique-Xique no TFG e quando eu fui na prefeitura pedir o plano diretor ele não existia, estava em Salvador na Secretaria Estadual de Infraestrutura. Eu fiquei uma semana em Salvador indo atrás do Plano Diretor de Xique Xique, em 2010 eu acho, tinha feito [uma lei? Para] que todos os municípios com mais de tantos mil habitantes tinham que ter plano diretor, então fizeram um monte de plano de gaveta. Eu mesma fui fazer o levantamento de Xique-Xique, quadra por quadra desenhando. O cara da Prefeitura mandou um motoboy me seguir, perguntar para que eu ia usar isso... Enfim, houve mil complexidades [na execução da pesquisa], a gente realmente não tem nenhuma ordenação do território e, quando chega o capital, ao invés de aquilo se aplicar na própria cidade, com melhorias em infraestrutura geral (posto de saúde, escola, saneamento), na realidade, a própria circulação do capital que a promove é pouco aproveitada. Também existe um fenômeno grande, em muitas cidades, independentemente do tamanho - Salgueiro é uma maior, Custódia e Sertânia menores, são cidades em que a obra chega, com um grande capital, as pessoas investem, compram, fazem... e aí aumenta o preço do aluguel... e aí os caras da obra vão embora, o dinheiro vai embora junto, e as pessoas quebram. Existe pouco controle desse processo. Eu não sou economista, mas a gente é urbanista e a gente sabe que existem possibilidade de regulação fundiária que poderiam conter um pouco este tipo de catástrofe, mas assim, também na esfera econômica devem haver formas de aproveitar esses recursos e regular essas variações de entrada de capital. Mas isso é bem importante de se pensar, o quanto é uma oportunidade perdida, uma vez que tem aquele capital rolando e isso pouco se reverte [em transformações no território].

No [trabalho para a] Bienal eu vi o caso de Paraopeba, uma das cidades com o maior PIB per capita do Brasil e é uma grande favela, a galera vive muito mal. É muito louco como parece que o capital paira no ar e não desce para o chão, não transforma os lugares. A gente tem muito pouco aparato administrativo e técnico para fazer aquilo se mobilizar em melhoria para população, melhoria urbana mesmo.

A relação direta política da transposição, que lançada pelo Governo Lula mas que precisa se infiltrar nas formas que já existem, não tem como você impor um planejamento...

CS: A transposição até poderia, com os planos de compensação e sendo uma nova fonte de recursos... porque tem muito nas obras hídricas do nordeste, tem muitos açudes e poços particulares que, quando a população do entorno precisa de água, aí rola uma troca de favores pra conseguir o recurso... Sendo uma infraestrutura do Governo Federal, que encontra infraestruturas estaduais, é o Estado promovendo o abastecimento de água, poderia ser um meio de quebrar muitos desses problemas que a gente tem, se vinculados a um plano de compensação sócio territorial. Não tem uma política fundiária séria, de como regular as terras em volta da transposição. Eu até falo disso no terceiro capítulo [da tese], eles falam que não é possível controlar a valorização fundiária da terra que a transposição vai, com certeza, promover. Se não existe um projeto econômico e uma regulação fundiária séria para aquilo ser um desenvolvimento distribuído de fato é óbvio que isso vai acontecer e poucos vão se beneficiar, ainda mais se não houver a preocupação de ser uma água facilmente comprável.

Sendo uma infraestrutura do Governo Federal, se houvessem essas complementaridades territoriais de fato, poderia ser um jeito de quebrar com a reprodução desses problemas históricos de diferenças de propriedade e poder que a gente tem. Mas é isso, fica pela metade.